

Considerações sobre o ensino de história a partir dos pressupostos de uma educação inclusiva

Considerations about history teaching from the assumptions of an inclusive education

SILVA, Andresa Fernanda*

<https://orcid.org/0000-0002-0381-0952> 

REGAGNAN, Isabela Rodrigues**

<http://orcid.org/0000-0001-6891-3533> 

RESUMO: Neste ensaio, relacionamos os conceitos e temas estudados na disciplina “Educação Especial e práticas inclusivas” na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas / MS à prática pedagógica de dois professores de História do mesmo município. Nosso objetivo foi analisar, por intermédio da história oral, como os professores trabalham e planejam suas aulas, visando a construção de um ensino de história sobre os parâmetros de uma educação inclusiva.

Palavras Chaves: Ensino de História, escola, inclusão, exclusão.

ABSTRACT: In this essay, we relate the concepts and themes studied in the discipline “Special Education and Inclusive Practices” at the Federal University of MatoGrosso do Sul (UFMS), TrêsLagoas / MS campus to the pedagogical practice of two History teachers from the same municipality. Our goal was to analyze through oral history how teachers work and plan their classes, aiming at building a history teaching on the parameters of an inclusive education.

Keywords: History teaching, school, inclusion, exclusion.

* Graduanda no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas. E-mail: andresa.fernanda1606@gmail.com

** Graduanda no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas. E-mail: isabelaregagnan@hotmail.com



INTRODUÇÃO

No primeiro semestre do ano de 2019, participamos como discentes da disciplina “Educação Especial e práticas inclusivas”, ministrada pelo professor Doutor José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas / MS. Os temas discutidos durante as aulas nos provocaram a pensar como a Educação Especial é concebida no estado do Mato Grosso do Sul, em especial em escolas de Três Lagoas.

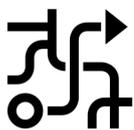
Nossas principais inquietações foram: como a educação especial acontece nas escolas? De que maneira os professores planejam suas aulas? Há conhecimento por parte dos professores sobre as políticas públicas que defendem o direito dos alunos com deficiência? Estes entre outros questionamentos foram feitos aos professores entrevistados por nós, afim de pensar as abordagens de um ensino de história a partir dos pressupostos de uma educação inclusiva.

O trabalho da Educação Especial é oferecer recursos, materiais e serviços para que o aluno com deficiência¹ possa aprender a partir de suas capacidades na sala de aula comum, sem que existam dicotomias e homogeneizações. No entanto, essa modalidade² de ensino, muitas vezes, ainda não é entendida como deveria nas escolas que, por sua vez, ainda conservam um entendimento iluminista aos sujeitos, ou seja, a ideia de que eles devam desenvolver todas as habilidades e competências para contemplar aquilo que o sistema de ensino exige. Este entendimento está relacionado à crescente busca de algo que “falta” aos alunos, o que favorece a criação de oposições e, por consequência, exclusão.

Durante as aulas de Educação Especial, ao entrarmos em contato com essas discussões, entendemos que a necessidade de distinguir os estudantes é reflexo de todo comportamento convencional já cristalizado e naturalizado pelo espaço da escola, que propicia esses tipos de ramificações: normais/ anormais, racional/ irracional, completo/ incompleto. Não há como negar que isso implica em relações de poder, que historicamente construídas passaram a regular a vida dos alunos com e sem deficiência. (SKLIAR, 1999). Mediante a labuta dos profissionais da educação que estão dia a dia na sala de aula, em contato real com os estudantes, entendemos ser necessário compreender as questões de

¹ Aquele que possui algum tipo de deficiência auditiva, visual, física ou intelectual, altas habilidades/superdotação ou Transtorno do Espectro do Autismo.

² A Educação Especial é uma modalidade de ensino pois não mais substitui o ensino comum, mas o complementa e/ou suplementa. Trata-se de um serviço do ensino regular.



fundo da inclusão para a identificação e problematização das possibilidades de desconstrução de ideias enraizadas nas escolas que impossibilitam que a inclusão escolar seja legitimada na prática. Neste texto, iniciamos a discussão apresentando alguns marcos históricos referentes à Educação Especial no Brasil. Em seguida, iniciaremos a discussão apontando para o debate teórico sobre a filosofia da diferença e como a mesma se estabeleceu na escola para promover a exclusão, partindo dos pensamentos platônicos e aristotélicos. Ao longo das discussões abordaremos exclusivamente as perspectivas da Educação Especial dentro do ensino de história, contextualizando as argumentações a partir das entrevistas feitas com os professores de história da educação básica.

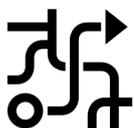
AS FASES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL (DÉCADAS DE 1950-1960)

A história da Educação Especial no Brasil traz consigo fases e apontamentos muito interessantes. As passagens de uma fase a outra e o adendo da legislação somando no processo de construção da inclusão nos faz enxergar quantas conquistas foram adquiridas e como ainda temos muitas a conquistar, pois, criamos a falsa ilusão de que incluímos os alunos com deficiência nas aulas e nos espaços da escola, mas o que de fato fazemos é apenas o trabalho de integrar esses sujeitos, os colocando em situações e atividades pré-estabelecidas, sem qualquer perspectiva de construção coletiva e específica para esses alunos.

Anterior ao processo de inclusão, a educação especial era então chamada de “Educação dos excepcionais”, - que a partir da década de 1960 - já com inúmeros estudos de intelectuais que se comprometeram em investigar as raízes e os desdobramentos das diferenças humanas, a mesma passou a ser vista dentro de uma modalidade de ensino. Uma das contribuintes nesta trajetória foi à professora Mantoan³, dedicada a estudar o comportamento de crianças especiais. Tais estudos foram contribuições unânimes que renovaram o ensino de crianças especiais no Brasil, destacando mais uma vez as capacidades individuais e cognitivas desses sujeitos.

O atendimento especializado as crianças e jovens com deficiência se dá inicialmente em espaços privados, a chamada fase de segregação, em que, segundo Mantoan:

³Maria Teresa Eglér Mantoan, professora colaboradora da Universidade Estadual de Campinas e coordenadora do Laboratório de estudos e pesquisas em Ensino e diferença- LEPED pela mesma universidade.



Enfatizou-se o atendimento clínico especializado, mas incluindo a educação escolar {...} foram fundadas as instituições mais tradicionais de atendimento as pessoas com deficiência mental, físicas e sensoriais que seguiram o exemplo e o pioneirismo do Instituto dos meninos cegos, fundado no Rio de Janeiro, em fins de 1854 (MANTOAN, 2001, p. 3)

A influência da iniciativa privada, ou seja, dos institutos em trabalhar com deficiência fez alimentar o tal sentimento de assistencialismo, ou seja, tratar a formação e o acesso das crianças e jovens em instituições isoladas contribuiu para condicioná-las a uma visão segregativa, que incorporava as crianças com deficiência em outro eixo, que se quer pensava em uma escola de viés democrático onde alunos com e/ou sem deficiência poderiam e deveriam conviver nos mesmos espaços.

Assumida pelo poder público na década de 1950, a educação especial entra agora em uma nova fase, a chamada integração, marcada solenemente pela criação das chamadas “campanhas”, que eram destinadas de maneira excepcional a atender cada uma das deficiências, o que desencadeou a criação de vários institutos neste período, como é o caso do Instituto Nacional de Surdos- INES, fruto de uma campanha em prol da educação dos surdos no Brasil.

Com a criação das campanhas, temos as temidas imposições dos alunos com deficiência a escola, não temos ações pensadas nas escolas para os alunos com deficiência, temos uma escola já estabelecida e solidificada, onde os alunos apenas chegam e se ajustam, o que mais uma vez revela o falso caráter democrático da escola e a ignorância de abertura a novos conhecimentos, conforme pontua Mantoan:

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela. (MANTOAN, 2003, p. 13)

Se dentro do próprio campo do saber a escola não caminha de mãos dadas com a realidade dos seus alunos, como então poderemos tocar nos diálogos que envolvem inclusão, diferença e diversidade? As ignorâncias dos próprios alunos são alimentadas pela escola, que valoriza o seguimento do currículo e o cumprimento dos matérias e apostilas, mais do que as reais necessidades dos sujeitos, especialmente aqueles que apresentam alguma



deficiência, tratados por muitas escolas e por pseudos educadores como cidadãos de “segunda classe”.

Valorizar as diferenças é o único caminho para se construir uma escola inclusiva, que segue o modelo social da deficiência, onde a escola se ajusta aos sujeitos, seja no investimento em tecnologias assistivas, na formação docente, nas adaptações físicas dos espaços da escola, dentre outros incentivos e mudanças, que visam trabalhar para redefinir a educação e proporcionar *condições de acesso e permanência*⁴ na escola para que a lei seja assegurada. Destaca-se, neste sentido, sobretudo a Constituição Federal de 1988 que traz as pessoas com deficiência notória flexibilidade para lutarem pelos seus próprios direitos e representações, principalmente no que diz respeito a ocupar os espaços públicos, incluindo a escola.

A dicotomia epistemológica de termos (integração X inclusão), carrega consigo uma imensa confusão e certas divergências, o que não deveria, já que, pelos avanços nas leis e nos debates que fomentam a inclusão nas escolas este tipo de discussão já teria de ser superado, pois, revela falta de compreensão, especialmente dentro da escola. Sobre estes dois conceitos, Mantoan define muito bem:

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar — da classe regular ao ensino especial — em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. (MANTOAN, 2003, P.15)

Em paralelo ao conceito de integração, a autora também traz à tona o conceito de inclusão, dentro de uma perspectiva de questionamentos das próprias práticas educacionais, que podem ser incoerentes a medida que não correspondem com o que de fato é educação inclusiva. De acordo com Mantoan (2003, p. 13), inclusão caracteriza-se não somente como uma política de organização dos espaços da educação especial e do ensino regular. Temos sobre esta proposta um modelo radical de educação e de gestão escolar, que leva em consideração o todo, alunos e professores, sem segregação e atendimentos diferentes, em que todos os estudantes devem estar no ensino regular e na sala de aula.

Questionar as práticas tradicionais implica mudanças e conhecimento, mas por vezes incorpora uma linha tortuosa de medo, medo da incapacidade. A falta de aproximação dos educadores com a realidade latente de seus alunos faz com que questões como essa

⁴Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90



passem despercebidas, pois, como sinaliza Mantoan(2003, p. 8), inclusão significa rever e cogitar fazer diferente, fazer da perspectiva educacional outra, quebrando paradigmas de separações entre as modalidades de ensino, com é o caso do ensino especial e o ensino regular. O modelo de educação para todos deve ser planejado, o alcance da educação especial deve contemplar todas as ações (avaliações da aprendizagem, atividades, currículos, atividades extraclases) ocupando sempre os espaços da escola.

Caminhando para o fim da contextualização histórica, as discussões que tangem a educação especial no Brasil seguem mais fervorosas. Lidar com inclusão em 2020 não deveria ser um obstáculo, porém, a medida que as políticas públicas e as sombras da integração avançam é preciso ficarmos atentos. O trabalho de analisar, investigar e interpretar nossas práticas enquanto professores está longe de ter um fim, é preciso vigilância, coletividade e construção das práticas pelo corpo de gestão da escola acreditando efetivamente nas potencialidades e capacidades de seus alunos.

A FILOSOFIA DA DIFERENÇA COMO “ALAVANCA” PARA A FORMAÇÃO INCLUSIVA

Compreender a filosofia da diferença dentro do recorte do ensino especial e no espectro de formação de professores e alunos não é uma tarefa fácil, por isso, iremos esmiuçar os conceitos propostos: filosofia da diferença, diferença, e diversidade, termos recorrentes no campo dos estudos sobre a inclusão escolar.

Falar das condições de acesso e permanência na escola são questões necessárias, mas, quando determinados alunos não são bem aceitos e excluídos deste processo é que entra a discussão fomentada por Gilles Deleuze, que abarca os pensamentos platônicos e aristotélicos que, segundo Lanut& Mantoan (2018) nos ajuda a entender as formas pelas quais a sociedade exclui algumas pessoas, pelo fato de não corresponderem aos ícones, e sim aos simulacros⁵. Uma cópia sem precedentes e dissimulada, que foge à regra, promovendo

⁵ [...] distinguir a essência e a aparência, o inteligível e o sensível, a Ideia e a imagem, o original e a cópia, o modelo e o simulacro. Mas já vemos que estas expressões não são equivalentes. A distinção se descola entre duas espécies de imagens. As cópias são possuidoras em segundo lugar, pretendentes bem fundados, garantidos pela semelhança; os simulacros são como os falsos pretendentes, construídos a partir de uma dissimilitude, implicando uma perversão, um desvio essencial. É neste sentido que Platão divide em dois o domínio das imagens-ídolos: de um lado, as cópias-ícones, de outro os simulacros-fantasmas. Podemos então definir melhor o conjunto da motivação platônica: trata-se de selecionar os pretendentes, distinguindo as boas e as más cópias ou antes as cópias sempre bem fundadas e os simulacros sempre submersos na dessemelhança. (Deleuze, 2000, P. 262)



dicotomias e ramificações entre os seres, homogeneizações mediante a um perfil tido como ideal, exemplificado aqui pelos alunos que não são deficientes.

Atrelados ao conceito de diferença e a sua distinção com o conceito de diversidade, podemos destacar pontos importantes, que segundo Mantoan (2011, p.103) traz consigo a discussão crucial que toca na diferença frente a formação da identidade, a diferença enquanto espelho daquilo que os sujeitos são, sem comparações. Por isso, não devemos subverter a mesma a diversidade, que considera a pauta dos hábitos que são visíveis nos indivíduos, ao contrário da diferença, totalmente subjetiva aos sujeitos.

Trabalhando com os impactos de negação da diferença no contexto pedagógico sinalizamos questões interessantes, pois, a medida em que não se reconhece as diferenças acabamos promovendo uma catalogação direta dos estudantes e uma padronização dos meios de ensino, obstruindo as participações do coletivo da escola e ficando condicionados a opiniões de “especialistas”, que trabalham “laudando” os estudantes com deficiência e limitando o trabalho do professor, que já não sabe lidar com esse aluno por não ter formações que abarquem a inclusão escolar.

Os relatos de professores, já citados por nós no começo deste texto, pontuam de maneira objetiva a carência de formação que interpasse a inclusão escolar, como é possível analisar na fala do professor X⁶, questionado sobre como deveria ocorrer a inclusão nas escolas:

Acho que deveria ter uma estrutura melhor e uma melhor preparação dos professores, tanto uma questão de estrutura da escola, tanto a questão de termos um curso mais exato pra isso, ter uma formação pra isso, porque é o que falta pra gente (professores). Porque normalmente recebemos alunos com diversas necessidades e você não sabe lidar, não só a questão física, mas também a questão intelectual, nos falta muito isso para compreendermos como devemos trabalhar com esses alunos. Por exemplo, temos um aluno aqui que é deficiente visual e como é que trabalhamos com esse aluno? Simplesmente com o que foi passado pra gente, cada professor vai desenvolvendo uma maneira pra trabalhar com ele, então, além da falta de estrutura, por exemplo, não tem ninguém pra acompanhar ele, então é supercomplicado isso, ele não tem o material específico, o material tinha que vir em braile, e sempre a falta, a educação em geral trabalha com a falta, mas em específico a educação especial, um problema grave que a gente tem.

São aspectos pontuais que marcam a fala do professor entrevistado, “a educação especial sempre trabalha com a falta”, ou melhor, trabalha sobre improvisos. A escola e o

⁶X e Y serão usados para referenciar os professores de história aqui entrevistados, assegurando um protocolo de segurança para preservar suas identidades. As entrevistas seguem em anexo ao final do texto.



professor reconhecem as diferenças, porém, a condição de precariedade da própria escola induz o corpo pedagógico a trabalhar com o que tem, ou por vezes com o que não tem.

Pensar a escola como um lugar inclusivo faz dos sujeitos que estão neste espaço protagonistas. Todos devem estar empenhados em desenvolverem trabalhos e possibilidades para fazer da escola um lugar de todos (MANTOAN, 2003, p. 30)

Adentrar as influências das questões sociais e econômicas é necessário no debate da educação inclusiva, mas, para além disso, está algo bem mais grave e que nas escolas se espalham rapidamente, os chamados “laudos”. A obsessão da instituição sobre os laudos propicia muitas discussões, e uma delas recai sobre a chamada medicalização dos alunos com deficiência.

A exigência da escola sobre os “laudos” por vezes não auxilia tanto o trabalho dos educadores, pois, como relatado pelo professor X os documentos chegam sempre desatualizados:

Mas infelizmente, nosso maior problema ainda são com os laudos, não sei se isso chega ou vai de encontro a pesquisa que vocês estão fazendo, mas é o que passamos na escola, pois, nós temos uma variedade de alunos aqui que têm dificuldades gigantescas, e uma coisa muito importante na educação é que professor não é médico, pra gente fica muito complicado trabalhar com tantas particularidades sem ter o conhecimento profundo disso, por exemplo, nós temos alunos com dislexia, alunos com TDAH, normalmente muito difícil pra diagnosticar, é complicado você gerir tudo isso em uma sala de aula. Os laudos normalmente costumam estar desatualizados, pois, a condição das famílias também não são muito boas pra custear uma consulta médica, então nós nunca sabemos qual a real necessidade desses alunos.

Mais uma vez, vê-se o “laudo” a frente do planejamento, porém, enxergamos as outras fases da docência. O reconhecimento do professor frente à realidade de seus alunos é clara, pois têm consciência da situação econômica vulnerável que alguns estão expostos, ainda mais se é um aluno com deficiência. Saber as especificidades dos alunos é o caminho para desenvolver melhor o ensino especial, mesmo que para isso faltem recursos e incentivos.

É de praxe que a família e a escola supervalorizem os laudos e diagnósticos de crianças e jovens com deficiência, induzindo esses indivíduos a doses altas de medicação, um outro debate que recai sobre a filosofia da diferença, conforme pontua Orrú:

Nesse contexto se evidencia a tendência de normatizar o indivíduo, visto que se algo em seu corpo ou mente não se iguala ao padrão do que se entende por ser saudável, ele é concebido como um indivíduo que precisa ser



“modificado”, sua estrutura, seu comportamento deve seguir as convenções homogeneizadoras do indivíduo saudável (ORRÚ, 2016, p. 1423).

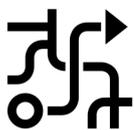
Controlar os alunos por intermédio da medicação é uma onda que se aproxima das escolas faz muitos anos, e sobre isso, devemos ficar atentos, pois, promover a normatização dos sujeitos em meio a um espaço de diferenças, como é o caso da escola, propicia um caminho que pode ter duas ramificações: uma que caminha rumo a inclusão social desses indivíduos e outra que preza solenemente pela exclusão destes.

É dever da escola garantir o trabalho de formação com as diferenças que envolvem seus alunos, propiciando atividades de formação para os professores e também à equipe gestora da escola, que têm como obrigação repensar seus planos pedagógicos e modelos de ensino trabalhados. O planejamento pedagógico deve ser reelaborado levando em consideração a formação ética e justa dos alunos, assegurando não somente a qualidade do ensino, mas, caminhos à total quebra de paradigmas com o sistema tradicional de ensinar. (MANTOAN, 2003)

ENSINO DE HISTÓRIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO

Assim como o passar dos séculos trouxe transformações, o ensino de história também foi modificado e reestruturado desde a sua implantação no Brasil em meados do século XIX, em 1838, durante o período regencial, no colégio Dom Pedro II. De início e assim como se seguiu em alguns séculos que se passaram, a disciplina visava muito mais o eurocêntrismo como influência, junto do sentimento nacionalista e da aclamação dos heróis da pátria, tendo como metodologia central a memorização de datas e de fatos. Por ser voltado para a elite da época, o acesso ao ensino não era inclusivo, excluindo aqueles considerados subalternos (NADAI, 1993, p.146). Desse modo, é de fácil compreensão perceber que na escola o ensino de história não foi de primeiro momento programado para receber os diversos tipos de alunos. Isso se torna ainda mais claro quando se trata dos alunos com necessidades especiais, sendo a exclusão nesse campo ainda mais vasta.

Devido à crença inicial de que a escola é uma instituição que produz e reproduz padrões sociais, a mesma delimitou para os próprios alunos que estes seguissem o padrão normativo e realizassem o que é delimitado para tal padrão, entretanto: “Todos aqueles que fogem do padrão estabelecido pelo dito “modelo ideal”, são classificados a partir de suas



supostas insuficiências, incapacidades” (SANTOS e LANUTTI, 2018, p. 01). Esses vetores se tornaram propulsores da exclusão, sendo carregados de estereótipos, preconceitos e uma radicalização da norma. Cabe então refletir e questionar: Não deveria ser a escola, principal instituição educacional, juntamente com o ensino de história e as demais áreas das ciências humanas, a base para se construir e propiciar o direito e o princípio étnico da diferença? A escola inclui ou exclui?

Com os avanços tecnológicos, as novas estruturas e as conquistas no campo das políticas públicas, a escola pública e ensino de história passaram teoricamente por uma reestruturação - havendo um crescimento significativo em torno do acesso a educação básica da rede pública - tendo como cunho principal a formação de cidadãos com senso crítico, com uma visão aguçada para com o tempo, espaço e o mundo que os rodeiam e com a compreensão a cercada diferença e aceitação de cada indivíduo na sociedade. Faz parte do ensino e aprendizagem em história que os professores sejam aptos para se “depararem com as desigualdades de uma sociedade moderna e arcaica, de contradições não dissimuladas, mas que possui em comum um público estudantil com dificuldades para estabelecer relações com os tempos históricos” (BITTENCOURT, 2010, p.7).

No que diz respeito à formação dos professores pautando a diversidade e a diferença, foi possível analisar, pelas entrevistas, que os professores da rede pública de Três Lagoas não tem uma formação e capacitação adequada que os façam compreender e incluir os alunos e suas diversidades nas práticas de ensino, fazendo com que os mesmos se sintam excluídos e que muitas vezes não compreendam o conteúdo que está sendo ministrado pelo professor, gerando defasagem na sua aprendizagem.

Nesse contexto, se faz necessário pensar em um processo que a escola necessita passar para que acolha os seus alunos e dê o suporte e educação que os mesmos precisam. Por isso, há uma emergência de uma formação e capacitação para os professores de história trabalharem com seus alunos, de acordo com suas diversidades e diferenças, pensando em um ensino plural que acolha todos, além do cumprimento da modalidade prevista pela LDB, pois, sem essa formação adequada e sem o cumprimento das modalidades que tangem o ensino inclusivo os alunos continuarão sofrendo processos que os excluam dentro e fora da sala de aula, como pautado por Jane Peruzolacono (2007, p.9) “[...] um dos desafios para garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem é: A existência de uma política de formação de professores; a existência de um projeto pedagógico compartilhado com toda a comunidade (inclusive com as áreas da saúde, psicologia, assistência social, trabalho e justiça)”

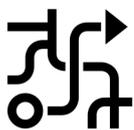


É nessa instância que se torna vigente o papel fundamental da instituição escolar e do ensino de história como meio para trabalhar questões culturais, sociais, étnicas acerca da identidade que advém de vários e diversos tipos de público, no caso os próprios alunos. Os funcionários e principalmente os professores devem ser capacitados para lidar todos os dias com diversos casos acerca da identidade e da diferença, tão pautados por Tomaz Tadeu da Silva (2000),

Já sabemos que a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. O processo de adiamento e diferenciação linguísticos por meio do qual elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrico. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição- discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2000, p. 81).

Através da afirmação do autor, podemos compreender que a identidade e a diferença são dependentes uma das outras e que ambas são construções sociais que acabam por delimitar e excluir os sujeitos dentro e fora dos locais públicos e também privados. No que tange a exclusão no meio educacional, sabemos que ao falarmos de alunos com necessidades especiais há para com esses uma exclusão disfarçada de inclusão. Isso porque uma escola junto a um ensino que visem à inclusão dos alunos só será ideal quando a instituição trabalhar de maneira eficaz os fatores da identidade e da diferença de cada aluno, com base nas diretrizes das políticas de inclusão, o que de fato não vem acontecendo nas escolas da rede pública de ensino do estado do Mato Grosso do Sul. Isso fica evidente por meio do relato do professor X de história, ao ser questionado se a escola em que ele leciona promove algum tipo de formação para que os professores entendam a inclusão escolar:

Não, é assim, a escola possui um corpo pedagógico que auxilia a gente, mas, nada muito específico pra isso, então nós professores pensamos de forma conjunta para avaliar um aluno ou outro, pensa como trabalhar com esse aluno, mas nada que seja estabelecido um padrão pra isso, não tem um curso pra isso e a cada dia aparece alguém diferente pra gente trabalhar. Quando eu trabalhava na escola Y, tínhamos um trabalho muito forte com deficientes auditivos, aqui quando eu cheguei na escola X, tínhamos uma aluna, que tinha um pouquinho de deficiência intelectual, mas o grave eram os problemas com a locomoção, essa questão do nosso aluno cego também, não tivemos formações específicas pra isso. A escola publica é muito plural, ela recebe muita gente, mas não te traz um curso específico pra isso, nós tínhamos a Noesp, que é uma secretaria de assistência a educação especial no Mato Grosso do Sul que orientava bem os professores, mas, infelizmente o projeto acabou.



Como salientado anteriormente, a escola da rede pública teve com o passar dos anos um aumento gradativo no que diz respeito ao acesso por parte dos alunos. Como relata o professor, a escola recebe muita gente e é um mecanismo de pluralidade, entretanto, isso acaba, contraditoriamente, por funcionar de maneira ineficaz tendo em vista que os professores e funcionários não têm formação, capacitação e suporte para lidar com toda essa pluralidade, fazendo com que a ideia de inclusão não seja inequívoca.

Outro fator muito abrangente diz respeito não somente ao ato de ensinar e a maneira que será propagado o conhecimento histórico. Carla Márcia Pamphile dos Santos pontua que:

O ato de historicisar, nem sempre se adéqua a realidade de se ter e fazer uma educação inclusiva, pois, ensinar história em conformidade com as novas políticas públicas educacionais (PCN - Ensino Médio) e adotadas pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) sob a orientação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não trouxe para o âmbito da sala de aula o aluno incluso, ou seja, os livros didáticos adotados na escola (SANTOS, 2011, p. 2169).

Os conteúdos de história apresentados nos livros que fazem parte da grade curricular da educação básica estão longe de serem enquadrados na realidade. Isso porque os livros, por exemplo, não trazem nenhum mecanismo para lidar com um aluno com deficiência visual ou locomotora, impedindo-o de manusear e aprender com o material. Da mesma maneira, Santos (2011) afirma que há uma dificuldade em torno dos livros didáticos no processo de inclusão. O professor X também afirma ser a barreira que mais limita o aprendizado: “O material didático, porque, por exemplo em partes de arquitetura se tivéssemos alunos com necessidades físicas teríamos esse problema, hoje, acho que a parte de infraestrutura da escola não afeta tanto, eu acho pior essa parte de material didático mesmo”. Além do mais, o professor observa também que: “são muitas especificidades, eu não sei até que ponto eu consigo trabalhar com esses alunos e até que ponto meu trabalho é bom pra eles”.

O processo de educar carece de um preparo amplo e eficiente por parte dos professores: “a prática da educação inclusiva merece cuidado especial, pois estamos falando do futuro de pessoas com necessidades educacionais especiais” (ROGALSKI, 2010, p. 3). Entretanto, de acordo com o professor X, notamos que além de não haver capacitação, há também um receio por parte do ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Isso porque a escola e o Estado acabam por delimitar barreiras no aprendizado dos mesmos, dificultando também o trabalho do professor. Cabrini (1987) aponta que:



Essa história, que exclui a realidade do aluno, que despreza qualquer experiência da história por ele vivida, impossibilita-o de chegar a uma interrogação sobre sua própria historicidade, sobre a dimensão histórica de sua realidade individual,(...) torna “natural” o fato de o aluno não se ver como agente histórico (CABRINI, 1987, p. 21 apud SANTOS, 2011, p. 2170).

Quando questionado aos professores X e Y sobre os recursos utilizados para preparar as aulas, ambos afirmam que fazem um planejamento global, mas que pensam na particularidade de cada aluno e através disso buscam utilizar recursos audiovisuais, sensoriais que ajudem na orientação discente e que principalmente fazem o uso da história oral, especialmente no caso dos alunos com deficiência visual. Deste modo, é salientado por Cabrini (1987) que o professor utilize de métodos e metodologias que rompam barreiras e atendam às necessidades dos alunos especiais, tornando-os inclusos, e que através do ensino de história, os alunos aprendam de fato a sua própria realidade e reflitam sua condição enquanto sujeitos históricos, produzindo e contribuindo para a produção da história na sociedade em que estão inseridos.

Por meio do pressuposto presente nessa pesquisa, vemos que tanto a escola como o ensino de história, são mecanismos fundamentais para romper as barreiras das desigualdades e propiciar os ideais acerca da identidade e da diferença, como salientado por Santos (2011, p. 2169): “Ter uma escola inclusa, ensinar a alunos inclusos e não mais excluir alunos desse processo pedagógico; educá-los para aquisição do conhecimento histórico e torná-los críticos e cidadãos, passa a ser um dos objetivos dos professores de história que no seu cotidiano escolar vem se deparando cada vez em maior escala”. Entretanto, por meio das entrevistas feitas com os professores de história da rede pública do estado do Mato Grosso do Sul, notamos que as escolas não vêm funcionando como um mecanismo de inclusão que a teoria fomentou.

Mesmo com todos os esforços advindos por parte dos professores junto ao seu saber histórico, a busca de métodos que englobe todos os alunos e os conteúdos críticos e étnicos, carece na base das próprias escolas da prática educacional que visa à propagação das políticas de inclusão escolar. O próprio currículo intervém de maneira universal delimitando uma norma no ensino e aprendizagem e uma norma para os próprios alunos, não funcionando de maneira inclusiva e sim de forma normatiza e exclusiva. Desse modo, isso acaba por se tornar “uma das razões pelas quais a escola não consegue, de fato, se tornar um ambiente de todos” (SANTOS e LANUTTI, 2018, p. 2).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do levantamento de dados bibliográficos e do trabalho com os relatos, essa pesquisa buscou problematizar como a escola junto ao ensino de história vem lidando com a questão de inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Seguindo o viés historiográfico acerca da história da educação especial, notamos que a mesma surgiu e se fixou por meio de muitas pautas e discussões, resistindo a imposições que muitas vezes foram colocadas para estar. Entretanto, podemos perceber também através do que aqui foi pontuado e pelas questões empíricas que a Educação Especial no Brasil, mesmo diante de tantas lutas, não é reconhecida e não tem os seus valores e direitos como de fato deveria, carecendo muitas vezes de um suporte vindo do Estado.

Outro fator tangível que essa pesquisa procurou ressaltar diz sobre as questões da filosofia da diferença e como esta seria o “ponta pé” inicial para discutir e ensinar dentro das instituições escolares a grande mescla cultural e social, e questões relacionadas a diferença x diversidade. Ademais, podemos compreender que a filosofia da diferença tem uma função primordial na aceitação dos sujeitos, porém, o que acontece nas escolas públicas é a falta de conhecimento sobre a filosofia da diferença e como essa se torna nula no ensino e da consciência dos alunos dentro e fora das salas de aula, mostrando-nos mais uma vez a precariedade e a falta de capacitação dos docentes e discentes acerca de trabalhar e ensinar a diversidade e diferença como questões que tangem as deficiências.

E como estudo final, buscamos destacar como o ensino de história está envolto nas questões que dizem respeito à diversidade e a diferença junto do processo de inclusão. Por meio dos relatos dos professores de história das escolas públicas aqui entrevistados e por meio da análises bibliográficas, concluímos que o ensino de história junto às demais áreas das ciências humanas seriam os campos ideais para que todo apontamento sobre inclusão, tanto de pessoas com necessidades especiais quanto a inclusão de diversas culturas e etnias, fossem trabalhados e dialogados de maneira explícita e eficiente com os alunos, pois, teoricamente são essas áreas que estão destinadas a formar cidadãos com senso crítico, com uma visão aguçada para com o mundo em que vivemos. Todavia, isso não vem acontecendo por parte do ensino de história, isso porque o currículo, junto ao material didático, não busca trabalhar os diversos tipos de sujeitos e suas diferenças, ou até mesmo não se interpreta que um aluno com deficiência visual – como citado nessa pesquisa – não consegue



ler um livro se não em braile, o que não é fornecido para o mesmo. Outro fator relevante é que o professor de história não tem capacitação para trabalhar com esses sujeitos. Mesmo que ele se esforce e dê o seu melhor, ainda falta muitos pontos a serem trabalhados e que geram uma defasagem no melhor aprendizado do aluno com necessidades especiais e, por isso, há uma necessidade de se trabalhar, compreender e ter formação e capacitação para lidar com os diversos públicos que estão inseridos dentro das salas de aula, e na composição das escolas.

Seguindo todo pressuposto pontuado nessa pesquisa, podemos então concluir e melhor compreender que existem sim meios e fatores que auxiliam e defendem a educação especial no Brasil e que buscam maneiras de trabalhá-la e inseri-la de forma eficiente no ensino das escolas de educação básica. Contudo, há ainda um desleixo e desamparo muito grande com essa questão, fazendo com que os professores e os próprios alunos careçam de um suporte que priorize a questão da educação para os alunos com necessidades especiais. O que vemos aqui são as instituições escolares buscando formar padrões e mão de obra para a sociedade, e não cidadãos com senso crítico, que saibam seus direitos e que sejam, de maneira eficiente, capacitados para a realidade acerca do mundo. Mesmo com todo avanço da educação especial no Brasil, essa ainda não é vista com prioridade, e é devido a isso que existe um abandono e uma infraestrutura precária para com os alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber Histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, Marcus Vinicius. *Psicologia da Educação*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008.
- LANUTI, De Oliveira Evangelista, José Eduardo &, MANTOAN, Égler Maria, Teresa. Resignificar o Ensino e a Aprendizagem a partir da Filosofia da Diferença, *Polyphônia*. Revista de Educación Inclusiva, 2 (1), 2018, p. 119-129.
- DELEUZE, Gilles. Platão e o Simulacro. In: *Lógica do Sentido*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LANUTI, José, Eduardo de Oliveira Evangelista. Adaptar ou recriar o ensino para ensinar a todos? Por uma Pedagogia da Diferença. In: *VI Simpósio de Educação Inclusiva e Adaptações e IV Simpósio Internacional de Educação a Distância*, 2017, Presidente Prudente / SP. Anais... Presidente Prudente/SP: Unesp, 2017. p. 63-70



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Os sentidos da diferença. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 4 n. 2, p.103-104, jan./jun. 2011

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A educação especial no Brasil - da exclusão à inclusão escolar*. FE/UNICAMP: 2001. (Mimeo.)

ORRÚ, Silvia Ester. O perigo da supervalorização do diagnóstico: rótulos introdutórios ao fracasso escolar de crianças com autismo. In: *Revista eletrônica Gestão & Saúde*, Vol. 04, Nº 01. Ano 2013. p. 1419-14229.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. *Revista de Educação do IDEAU*, v. 5, n.º 12, jul-dez 2010.

SANTOS, Carla Márcia Pamphile dos. O Ensino de História e o Processo de Inclusão Escolar: o ensino de história a alunos inclusos na rede pública do Estado do Rio de Janeiro. In: *Anais do V Congresso Internacional de História*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

LANUTI, De Oliveira Evangelista, José, Eduardo &. SANTOS, Martinha, Clarete Dutra dos. Por que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ignorou o direito de todos a uma educação inclusiva? *Revista Aluvião*, v. 4, p. 1-3, 2018.

SEFFNER, Fernando. Das (possíveis) perversas faces das políticas de inclusão escolar: o que o ensino de História tem a ver com isso. In: *Anais - XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. *Educação & Realidade*, 24 jul./ dez, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomáz Tadeu da; HALL, Stuart; Kathryn Woodward (orgs). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido em: 30/03/2020

Aprovado em: 13/05/2020



ANEXOS

ENTREVISTA 1 – “PROFESSOR X”

Como você acha que a inclusão deve acontecer nas escolas?

R: Acho que deveria ter uma estrutura melhor e uma melhor preparação dos professores, tanto uma questão de estrutura da escola, tanto a questão de termos um curso mais exato pra isso, ter uma formação pra isso, porque é o que falta pra gente (professores). Porque normalmente recebemos alunos com diversas necessidades e você não sabe lidar, não só a questão física, mas também a questão intelectual, nos falta muito isso para compreendermos como devemos trabalhar com esses alunos. Por exemplo, temos um aluno aqui que é deficiente visual e como é que trabalhamos com esse aluno? Simplesmente com o que foi passado pra gente, cada professor vai desenvolvendo uma maneira pra trabalhar com ele, então, além da falta de estrutura, por exemplo, não tem ninguém pra acompanhar ele, então é super complicado isso, ele não tem o material específico, o material tinha que vir em braile, e sempre a falta, a educação em geral trabalha com a falta, mas em específico a educação especial, um problema grave que a gente tem.”

A escola promove algum tipo de formação para que os professores entendam a inclusão escolar?

R: Não, é assim, a escola possui um corpo pedagógico que auxilia a gente, mas, nada muito específico pra isso, então nós professores pensamos de forma conjunta para avaliar um aluno ou outro, pensa como trabalhar com esse aluno, mas nada que seja estabelecido um padrão pra isso, não tem um curso pra isso e a cada dia aparece alguém diferente pra gente trabalhar. Quando eu trabalhava na escola “Afonso Pena” tínhamos um trabalho muito forte com deficientes auditivos, aqui quando eu cheguei no Bom Jesus, tínhamos a aluna Carol, que tinha um pouquinho de deficiência intelectual, mas o grave eram os problemas com a locomoção, essa questão do nosso aluno cego também, não tivemos formações específicas pra isso. A escola pública é muito plural, ela recebe muita gente, mas não te traz um curso específico pra isso, nós tínhamos a Noesp, que é uma secretaria de assistência a educação especial no Mato Grosso do Sul que orientava bem os professores, mas, infelizmente o projeto acabou. Mas infelizmente, nosso maior problema ainda são com os laudos, não sei se isso chega ou vai de encontro a pesquisa que vocês estão fazendo, mas é o que passamos na escola, pois, nós temos uma variedade de alunos aqui que têm dificuldades gigantescas, e uma coisa muito importante na educação é que professor não é médico, pra gente fica muito complicado trabalhar com tantas particularidades sem ter o conhecimento profundo disso,



por exemplo, nós temos alunos com discalculia, alunos com dislexia, alunos com DDA , normalmente muito difícil pra diagnosticar, é complicado você gerir tudo isso em uma sala de aula. Os laudos normalmente costumam estar desatualizados, pois, a condição das famílias também não são muito boas pra custear uma consulta médica, então nós nunca sabemos qual a real necessidade desses alunos.

Você sabe qual a política que defende os direitos dos alunos com deficiência?!

R: Não, ainda mais nesse governo, é complicado ter alguma política que defenda os alunos, ainda mais os alunos com deficiência. Aqui no Mato Grosso do Sul a gente tinha a Noesp como eu disse, os educadores passavam visitando as escolas, fazendo orientações, mas, nada assim muito extenso.

A escola apresenta barreiras que limitam em partes o aprendizado dos alunos com deficiência?!

R: Eu acho que apresenta, principalmente com o material didático, porque, por exemplo em partes de arquitetura se tivéssemos alunos com necessidades físicas teríamos esse problema, hoje, acho que a parte de infraestrutura da escola não afeta tanto, eu acho pior essa parte de material didático mesmo, por exemplo, nós temos um aluno do terceiro ano, deficiente visual, que é super bom, mas ainda bem que ele é muito ativo, ele tem muitas particularidades que o ajudam bem, então, na história, na área de humanas você ainda consegue alguma coisa bacana, agora você imagina nas exatas, em física por exemplo, como é que você explica isso para aquele aluno porque são fórmulas, fica difícil se você não tem material didático pra isso, não tenho nem ideia como os professores trabalham com isso. Na minha área ele se sai super bem, dou aula pra ele de história e sociologia, e como ele é bom ouvinte escreve super bem, e como ele tem uma melhor amiga que sempre o acompanha ajuda a trabalhar melhor, para fazer atividades em grupo também, ele apresenta seminário super bem, seminário dele é fantástico, foi até engraçado, cômica a situação, pois, no ultimo seminário que ele apresentou, ele começou a virar e ficar mais de frente pra lousa e uma amiga corrigiu a posição dele, ele até brincou “A professor, não to enxergando”, mas é bem legal ver como ele lida com a situação. Mas são muitas especificidades, eu não sei até que ponto eu consigo trabalhar com esses alunos e até que ponto meu trabalho é bom pra eles, porque, se os alunos são bons facilita, agora se eles não são pra gente é mais complicado, você não consegue atingir tão bem esses alunos. Os alunos que não tem deficiências abraçam os alunos deficientes, a escola pública lida bem com essas diferenças, já que, é uma situação comum, pois, sempre recebemos alunos assim, estamos acostumados com eles e com seus



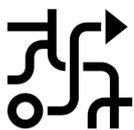
interpretes e acompanhantes também e a sala mais ainda, pois, em sua maioria estudam desde pequenos juntos e estão bem acostumados.

Quais os recursos que você utiliza para preparar a sua aula?

R: Para os alunos com deficiência não tem nenhuma elaboração específica, o que difere é o atendimento durante a aula, que também pode ser diferente quando necessário, nosso aluno do terceiro ano mesmo o Roni, pra ele não é tão diferenciado, pois, como minha aula é bastante dialogada e falada pra ele é bem cômodo, já que a audição é super importante, as notas dele são maiores do que boa parte da sala, ele não tem o texto lá e tal, mas ele consegue acompanhar super bem, porque está sempre atento. Nós tínhamos a Carol ano passado que tinha dificuldades motoras, mas conseguia copiar o texto, então, assim como eles você tem que ter a noção de deixar um tempo maior para as atividades. Quando eu dava aula em uma escola estadual famosa aqui na cidade, por exemplo, para os deficientes auditivos nós deixávamos um tempo maior, porque pra eles não é fácil o processo de tradução, porque se aquilo tá em português eles têm que traduzir pra língua de sinais, então, na hora de apresentar trabalho deles, eu fazia muito mais questão que a apresentação fosse oral pra facilitar o processo pra eles, e é essa a vantagem de trabalhar em uma escola que tem essa tradição de trabalhar com alunos com deficiência que ai já passam as orientações para os professores, aqui no Bom Jesus eu nunca trabalhei com aluno deficiente auditivo, acho que seria difícil, mas, na escola pública a gente sempre se adapta, a capacidade da escola pública de se adaptar é impressionante. Na hora de preparar a aula você deve pensar na particularidade de cada aluno, ver aquilo que ele pode fazer, aquilo que ele não quer fazer, nós tínhamos um aluno que estava no primeiro ano e não era alfabetizado, apresentava uma série de dificuldades e para ajudar a facilitar nós trabalhávamos em dupla, provas e trabalhos, pois, ele não sabia escrever mais sabia falar corretamente e assim ia ajudando o colega.

Com base no que você faz o planejamento da sua aula?

R: Basicamente seguimos um currículo, ele é bem extenso, nem sempre dá pra trabalhar ele inteiro, mas você segue e foca, ele tem uma serie de orientações, várias competências, a maneira que você deve trabalhar com o aluno, e como em história nós temos poucas aulas, fica difícil trabalhar, o terceiro ano do médio mesmo, você pega ai onze aulas de história no mês pela lógica, em cada aula deveríamos cumprir uma competência do currículo, mas é impossível, não só pelas aulas, mas pelos imprevistos que ocorrem, choveu não tem aluno, é ferido, e dia de reunião é conselho de classe, então isso tudo atrapalha o caminho, mas estamos acostumados, mas trabalhar o currículo é uma exigência do corpo pedagógico,



coordenadora avalia os planos de aula pra analisar as competências do currículo e tem total liberdade para alterar se necessário.

Você pensa nas dificuldades do seu aluno para preparar a sua aula?

R: Com certeza, estou trabalhando com os alunos do estágio que são da residência pedagógica e uma coisa que eu sempre falo pra eles é que a realidade da universidade e da escola é completamente diferente, e o que eu oriento é sobre o vocabulário deles, vou dar um exemplo que aconteceu na aula do nono ano que é uma das salas onde eles fazem estágio, então o rapaz foi dar aula e falou “lei da demanda e da procura” pra gente parece uma coisa muito simples, mas pra eles é complicado, primeiro que boa parte não sabe que lei é essa e segundo que conhecem como “oferta e procura”, então se você sai da oferta e vai pra demanda, pronto, já causa uma confusão, não tem sentido pra eles, e é bem difícil esse trabalho, pois, na universidade isso é muito comum, vocês usam todos os dias. Eles têm uma dificuldade que é assim, eu explico pra eles o que é república, e quando eu falo que tal pessoa é republicana eles não conseguem associar, então, em cada aula minha, começo de trabalho que eu faço é dar um texto base que os alunos vão utilizar todas as aulas e as palavras que ele não entender eles vão sublinhar pra que eu possa trabalhar o significado e exemplificar cada um deles. No sétimo C, tenho uma aluna do Haiti, havia no texto a palavra “abertura econômica”, ela não sabia o que era, pra ela a palavra abertura não fazia sentido, coisa que gente já é normal, então é realmente esse trabalho de formiguinha saber a dificuldade de cada um pra tentar entender não só as dificuldades dos alunos, mas de sala por sala, eu tenho três primeiros anos, um é completamente diferente do outro, eu sei onde eu posso puxar ou não, então você tem que trabalhar com essas coisas, além dos alunos que possuem alguma deficiência ou necessidade especial.

ENTREVISTA 2 – “PROFESSOR Y”

Como você acha que a inclusão deve acontecer nas escolas?

R: É, vamo lá, primeiramente a inclusão deve partir, é claro, da estrutura da escola, deve ter alguns procedimentos e normas, é pra dizer qual problema, que tipo de problema e o laudo que tem o aluno, para incluir. Depois vem em seguida o próprio professor, educador, que deveria ter uma capacitação direcionada em relação há isso. E a terceira etapa os próprios alunos, colega de sala que deveria ter uma preparação, formação e conscientização para acolher. Acredito que deveria passar por esses três processos.



A escola promove algum tipo de formação para que os professores entendam a inclusão escolar?

R: É, no caso aqui da escola, eu estou há três anos. No meu ponto de vista sim houve uma pequena evolução, que é sempre no começo do ano, é, recentemente no aja que eu dou aula nós temos psicólogas e eventualmente tivemos algumas palestras para aprender lidar com jovens que tem laudos, mas ainda eu acredito que a escola ainda carece dessa estrutura de formação. É trazer profissionais desde o início do ano nessas formações pedagógicas para que possamos direcionar, fazer uma lista com os laudos desde surdo, autista, dislexia, que tenham comprovados para que assim trouxesse profissionais para nos direcionar. Então ainda sim carecemos dessas capacitações.

Você sabe qual a política que defende os direitos dos alunos com deficiência?!

R: Sim, nós temos as próprias políticas públicas da educação e alguns artigos são voltados a essa questão da educação especial de como devemos nos portar em relação a isso e ai entra a questão que é novamente a crítica, você tem as políticas que sabemos que ela existe por direito e eles precisam de uma atenção diferenciada, acho que falta dentro dessa políticas públicas de que forma, ou metodologias possamos inclui-los de uma forma mais eficaz.

A escola apresenta barreiras que limitam em partes o aprendizado dos alunos com deficiência?!

Não, de maneira alguma, muito pelo contrário, aqui na escola faço até um elogio porque se não me falhe a memória não sei se é a única ou se tem mais alguma escola estadual, pública que recebe esses alunos com algum tipo de laudo com deficiência. Não acho Barreira, atendemos os alunos sempre de portas abertas. Temos professores especializados para acompanhá-los, mas nós os educadores principais que somos os professores regulares, as vezes eu vejo que carece de uma formação mais direcionada para nós para lidar com o aluno que tem deficiência.

Quais os recursos que você utiliza para preparar a sua aula?

R: É, a grande dificuldade que nós encontramos é isso, primeiro a, sejamos sinceros, o professor nós temos que dar os pulos de toda maneira, nós temos salas muito lotadas, vocês podem observar principalmente nesse ano, com acima de 30/35 alunos, então além de você controlar a sala, talvez seria interessante você fazer uma atividade direcionada para esses alunos. Nós propomos as seguintes formas, buscar pedagógicas a partir de imagens, vídeos, debates, dinamismo, desenhos, trazer um pouco a arte em tona. Mas qual outro problema que vai gerar, dependendo de algum aluno ou outro que as vezes não tem profissional acompanhando. Por exemplo, temos um autista dentro do 6ano, e a mãe veio conversar mas



ainda não passou nada oficial por parte da coordenação. E é muito evidente é muito explícito que ele tem um certo laudo uma certa dificuldade então se eu não saber qual que é o laudo de fato por escrito não saberei quais metodologias eu vou poder usar; é um problema o que, motor? Auditivo? É déficit de atenção? Então isso que nós carecemos um pouco nessas formações, nesses processos, nesses procedimentos.

Com base no que você faz o planejamento da sua aula?

R: Na preparação da aula nós fazemos um planejamento global e dentro das próprias habilidades a serem alcançadas é colocado as metodologias, é você consta lá, não só para o grupo mas para a aula ser diferenciada nós procuramos sempre algum detalhe é colocar uma aula um pouco mãos minuciosa, um foco para determinado aluno X, usar uma metodologia diferenciada, um aluno que tem muita dificuldade de compreensão, principalmente da escrita, com uma grande dificuldade; então trabalhar mais com imagens, símbolos, história oral.

Você pensa nas dificuldades do seu aluno para preparar a sua aula?

R: Com certeza, penso sim e creio que o maior desafio do professor até seria algum mérito algum prazer, é saber a partir de algum momento que você a dificuldade, melhor ainda, quando você descobre, consegue descobrir de fato qual a maior dificuldade desse aluno e aí você pode preparar uma boa aula, um conteúdo direcionado a ele. Mas a preocupação de fato são esses com deficiência, aí o foco é o progresso deles.

Recebido em: 30/03/2020
Aprovado em: 13/05/2020